

O VELHO E O NOVO NO CONTEXTO REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE

ROSÉLIA PIQUET¹

GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ²

ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA³

Resumo

Os serviços educacionais em Campos dos Goytacazes têm conferido prestígio social à cidade, embora seu papel econômico tenha sido pouco percebido e pouco analisado, sendo a cidade o maior pólo de educação superior do interior do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo desse artigo é analisar o papel dos serviços educacionais de nível superior na economia da cidade, e as interações entre setores da economia com este setor específico. Essa análise toma como bases empíricas, duas pesquisas primárias inéditas e fontes de dados secundárias. É certo que, os recursos do petróleo, adicionados à economia norte fluminense na forma de *royalties*, têm seus reflexos no financiamento de serviços educacionais e de outros setores da economia. Entretanto, as especificidades dessa nova atividade econômica sugerem a constante atenção ao planejamento de médio e longo prazo nas cidades da região.

Palavras chave: Educação; Petróleo; Pólo Educacional.

Resumen

Los servicios educativos en el Campos dos Goytacazes han conferido prestigio social a la ciudad, aunque su papel económico se ha analizado poco y la ciudad ha sido el centro más importante en la educación universitaria del interior del Río de Janeiro. El objetivo de este artículo es analizar el papel de los servicios educativos del nivel superior en la economía de la ciudad, e las interacciones entre los sectores de la economía con este sector específi-

co. La investigación empírica de este análisis se lleva por medio de dos fuentes primarias y fuentes secundarias de datos. Es cierto que, los recursos del petróleo, agregado a la economía del norte del Río de Janeiro en la forma de derechos, tienen sus consecuencias en el financiamiento de servicios educativos y otros sectores de la economía. Sin embargo, las especificidades de esta nueva actividad económica sugieren la atención constante al planeamiento de medio y de largo plazo en las ciudades de la región.

Palabras clave: Educación; Petróleo; Servicios educativos.

Abstract

The educational services in Campos dos Goytacazes have raised the social status of the city, although their economical role has been hardly noticed or analyzed and the city is the larger center of higher education in the countryside of Rio de Janeiro State. The aim of this study was to analyze the role of higher educational services in the economy of the city, and the interactions among the economy segments with this specific sector. The empirical basis of this analysis consists of two original primary researches and secondary data sour-

ces. In fact, petroleum resources as royalties, added to the local economy, have effects on the financing of educational services and other segments of the economy. Nevertheless, the particularities of this new branch indicate for the need of constant attention to mid- to long-run planning in the cities that benefit from petroleum exploration.

Keywords: Education; Petroleum; Educational services;

Introdução

Ao longo do século XX uma sólida estrutura educacional e de formação profissional é constituída na região Norte Fluminense, centrada na cidade de Campos dos Goytacazes. Entretanto, os serviços educacionais são, até o presente, vistos como conferindo apenas prestígio social à cidade, sendo seu papel econômico pouco percebido e pouco analisado, embora a cidade seja na atualidade o maior pólo de educação superior do interior do Estado do Rio de Janeiro. Como o setor educacional polariza a demanda não apenas das cidades próximas como também do sul do Espírito Santo, dos municípios fronteiriços de Minas Gerais, atingindo até o sul da Bahia, a atividade exerce um efeito multiplicador em outros setores da economia local tais

¹ Doutora em Economia e Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes - Campos. E-mail: ropiquet@terra.com.br.

² Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes - Campos. E-mail: ghnaves@terra.com.br.

³ Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes - Campos. E-mail: elziralucia@terra.com.br.

como alojamento, alimentação, serviços médicos e odontológicos.

O objetivo do texto é então analisar o papel que os serviços educacionais de nível superior desempenham na economia da cidade. Essa análise toma como base dados de duas pesquisas primárias inéditas: a primeira realizada pela FIRJAN- Seção Norte sobre a estrutura educacional do município e a segunda pelos autores junto a estudantes universitários não-residentes em Campos dos Goytacazes, que teve como objetivo levantar os efeitos multiplicadores na economia municipal de sua presença na cidade. Adicionalmente informações coletadas dos Microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2003) e do Cadastro Nacional de Instituições de Ensino Superior (INEP, 2006) enriquecem as informações empíricas deste trabalho.

O texto encontra-se estruturado em três partes além desta Introdução. Na primeira são resgatadas, embora a largos traços, as principais mudanças econômicas ocorridas na região nos últimos 30 anos. Na segunda são apresentados os dados levantados nas pesquisas referidas e na terceira, que conclui o texto, é discutida a estrutura educacional na atual etapa do processo de desenvolvimento regional.

As mudanças econômicas

O norte fluminense, espaço regional de secular base primário-exportadora definido pela agroindústria açucareira, desde os anos 1970 até início dos anos 1990 é tratado como “região-problema” uma vez que sua economia apresentava-se estagnada, com alto grau de desemprego sazonal que se fazia acompanhar por um processo de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades da região.

Entretanto, a história regional desde o século XIX sempre foi marcada pela riqueza advinda do setor açucareiro e, durante as três primeiras décadas do século XX, o Estado do Rio de Janeiro ocupou a segunda posição dentre os maiores produtores de açúcar do Brasil, com Pernambuco em primeiro lugar. O desenvolvimento regional era então polarizado pelo

município de Campos, que poderia ser identificado como “norte fluminense”, dada a sua extensão territorial e ao seu poder econômico.

Nesse mesmo período, Macaé, a segunda cidade em importância, perde a condição de principal porto de exportação dos produtos agrícolas regionais para o Rio de Janeiro em decorrência da construção da ferrovia que passa a ligar a região a Niterói. A partir de então mergulha em uma longa fase de decadência, embora o interior do município constasse com as usinas de Quissamã e Carapebus, duas grandes unidades produtoras de açúcar.

Em 1940 o cenário nacional da agroindústria açucareira muda radicalmente com a entrada de empresas paulistas na fabricação de equipamentos para o setor (carregadeiras, moendas e caldeiras) e é neste período que o norte fluminense perde para São Paulo a posição de segundo produtor nacional. Em 1967, a fixação pelo Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA de uma escala mínima de produção de 200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras vai determinar a desativação de inúmeras delas no Estado do Rio, permanecendo apenas o espaço agrário ao redor da cidade de Campos como núcleo da produção açucareira fluminense. Das 27 usinas então existentes no estado, 13 são desativadas, denotando que os empresários fluminenses já não acompanhavam o ritmo de modernização do setor⁴.

Em 1973, a grande alta mundial dos preços do petróleo provoca uma reestruturação do setor sucroalcooleiro - que se traduziu na criação do Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL - e quando o parque industrial açucareiro do País é totalmente modernizado. Nesse proces-

so ocorre a passagem de boa parte das usinas campistas para empresários externos à região, mais interessados na aquisição de suas *cotas de produção* do que em suas instalações industriais, já ultrapassadas tecnologicamente. E assim, de forma gradual, porém, inexorável, dá-se o deslocamento do Norte Fluminense como grande produtor do setor. Toda a região teria entrado em um processo de involução e crise, não fora um inesperado acontecimento: é descoberto petróleo na Bacia de Campos. Esse novo ciclo regional, agora baseado direta ou indiretamente na exploração petrolífera abre perspectivas promissoras à região e a questão sobre sua “vocaçao regional” assume o centro dos debates.

A discussão sobre “vocaçao regional” é uma antiga questão para quem trabalha com o tema do desenvolvimento. Definir o que se compreende por “região” ou o sentido com que se está utilizando o termo não é tarefa simples e para alguns especialistas da área, trata-se de um dos conceitos mais pretensiosos da Ciência Regional e não caberia aqui aprofundar essa discussão. Contudo, algumas considerações são essenciais⁵.

A noção de região, tratada como instrumento da ação política, é inseparável da noção de regionalismo. Este, visto como o discurso que a representa, é um movimento de reivindicação de tratamento diferenciado a um determinado espaço territorial. É uma expressão de luta de poder no interior dos espaços regionais quanto ao direito sobre a representação externa da região nas diversas escalas de poder. O regionalismo constrói, reforça e atualiza uma identidade regional que mobiliza as mentes locais na identificação dos representantes da região e de seus “adversários” – os locais e os de fora⁶.

⁴ Hamilton Azevedo (2002) apresenta uma análise sobre as razões da crise no Norte Fluminense e fornece a relação de usinas que encerraram suas atividades no período. Ao longo da década de 1990, o apoio estatal ao setor se extingue e não há mais nenhuma restrição à produção de açúcar e álcool no país.

⁵ Francisco de Oliveira, em 1977, lança seu livro *Elegia para uma Re(li)gião*, em que analisa de modo contundente o caso nordestino. O livro, desde então, tornou-se um clássico da literatura regional brasileira, adotado em praticamente todos os cursos sobre o tema e citado por “nove entre dez” textos sobre o assunto.

⁶ José Luis Vianna, em sua tese de doutorado *Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo – desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*, (ver bibliografia), apresenta uma excelente síntese sobre os conceitos de região e regionalismo, base de sua análise sobre o Norte Fluminense.

No caso em análise, até os anos 1970 o setor da agroindústria sucroalcooleira logra implementar uma estratégia de ação regionalista pela qual monopoliza a representação dos interesses regionais. Jornais da época chegam mesmo a insinuar que os representantes da agroindústria açucareira, os usineiros, por sua hegemonia econômica e política secular no município não viam com bons olhos a ida da Petrobras para Campos, pois tal fato aumentaria a concorrência pela mão-de-obra, diversificaria de forma indireta a economia e acabaria prejudicando a monocultura açucareira. Sendo assim, teriam interferido contra, usando todo o seu prestígio de produtores rurais, de defensores do Golpe de Estado de 64 e de membros da organização Tradição Família e Propriedade – TFP.

A notícia da descoberta de petróleo na plataforma continental marítima causou, no entanto, grande impacto na população e segundo o jornal A Notícia, de 01/12/74, “a cidade vive momentos de alegria e os cinquenta mil trabalhadores rurais, desempregados pela entressafra do açúcar, espiam esperançosos, a movimentação da cidade e colhem atentos, a maioria usando rádio, o noticiário sobre o petróleo. Todos trazem grandes esperanças e quatrocentos mil campistas esperam ansiosos os resultados da descoberta petrolífera”⁷.

Com o início da produção de petróleo, em 1978, fica cada vez mais evidente que a base de operações de apoio às atividades de exploração e produção não seria em Campos, mas no município vizinho, Macaé, mais próximo 110 km do porto do Rio de Janeiro e dispendo de um pequeno porto já em operação. A imprensa campista registra sua indignação com essa escolha, mas em 1979 vem a confirmação de que os investimentos de apoio às operações na plataforma marítima (*offshore*) seriam mesmo em Macaé. E desse modo Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo e quem vai viver a “revolução industrial” é o pacote balneário de Macaé⁸.

A grande ligação entre os campistas e o petróleo se dá por outro

ângulo. Em inícios de 1980 a Petrobras começa a oferecer empregos nas plataformas, através de concursos. Naquela época a Escola Técnica Federal de Campos (hoje, CEFET-Campos) já formava 400 técnicos por ano, e ser petroleiro passou a representar uma nova perspectiva para os jovens da região.

Em função dos fortes contrastes econômicos, sociais e culturais que essas mudanças ocasionaram, os rumos sobre o desenvolvimento regional tornam-se objeto de grande interesse nos fóruns de debates locais. Entretanto, o discurso regionalista, ao atribuir às *atividades industriais* a alavanca do desenvolvimento e da geração de emprego, leva o imaginário dos habitantes locais a alimentar ideários econômicos descolados da realidade. O mito de que as usinas campistas representam um patrimônio a ser preservado e que ainda retornarão a um lugar de destaque, assim como a crença de que a cidade terá maior presença nas atividades petrolíferas, prejudicam a definição de novos cenários econômicos para a cidade e a identificação dos setores que podem se transformar nas verdadeiras alavancas de seu desenvolvimento.

O ensino superior em Campos dos Goytacazes

Sob a influência da recente literatura que destaca as relações entre desenvolvimento regional, de um lado, e a presença de centros de ensino e de pesquisas e a oferta de mão-de-obra qualificada, de outro, além do claro crescimento dos serviços de ensino superior na cidade, *a questão educacional*, notadamente o papel da educação universitária e a natureza dos cursos que devem ou deveriam ser implementados, vem ocupando um maior espaço nesses debates.

Uma vez que a região é dotada de vastas reservas petrolíferas e de gás natural e que desempenha um

papel-chave na matriz energética brasileira, tornou-se comum a suposição de que o ensino superior “deveria” ser reestruturado de modo a atender as demandas do setor petrolífero, privilegiando a implantação de cursos técnicos em engenharia do petróleo; perfuração em águas profundas e outros semelhantes.

Os dados sobre a oferta de cursos superiores na cidade são parcaamente disponíveis e os referentes à presença de estudantes de fora do município são inexistentes. Partindo da hipótese norteadora da pesquisa de que o setor universitário em Campos é hoje um dos pilares de seu crescimento, tendo participação relevante na economia do município, foram levantados dados primários sobre o perfil dos estudantes não-residentes no município. Foram também utilizados os dados sobre a oferta de cursos (tabela 1), com base em dados primários coletados pela Firjan-Seção Norte e dados originários de Vianna (2004). Baseados nessas informações foram então montados os indicadores, tendo como objetivo indicar o efetivo papel que o setor de ensino superior desempenha na economia local.

Procedimentos metodológicos da pesquisa de campo

A coleta de dados dessa pesquisa foi realizada nas instituições de ensino superior do município de Campos dos Goytacazes por meio de um questionário contendo questões estruturadas. Uma vez que não havia listagens disponíveis dos estudantes, em cada instituição, foi adotado um processo de abordagem que se aproximasse o mais possível de uma seleção aleatória. Esse processo procurava evitar que a escolha da pessoa a ser entrevistada seguisse preferências e pré-conceitos pessoais dos entrevistadores, evitando-se vieses pessoais tais como a escolha de pessoas conhecidas, grupos de amigos, conterrâneos

⁷ Nelson Crespo desenvolve uma acurada análise sobre as relações entre o ensino técnico e o contexto do Norte Fluminense em Educação Técnica e Região: um estudo do Cefet Campos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Cândido Mendes - Campos, Campos dos Goytacazes, 2003.

⁸ Nelson Crespo, em seu texto “E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo”, discorre sobre esse ponto com acuidade e humor. Ver citação na bibliografia.

Tabela 1 – Total de estudantes, por período, segundo a instituição de ensino. Campos dos Goytacazes, 2005

Instituição	2002		2005	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET	1560	9.0%	4043	18.3%
Faculdade de Direito de Campos - FDC (UNIFLU) ⁽¹⁾	2300	13.3%	2381	10.8%
Faculdade de Filosofia - FAFIC (UNIFLU)	1506	8.7%	1500	6.8%
Faculdade de Medicina de Campos – FMC	496	2.9%	772	3.5%
Faculdade de Odontologia - FOC (UNIFLU)	641	3.7%	603	2.7%
Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense - FACULTEC		0.0%	84	0.4%
Instituto Superior de Educação do CENSA - ISE/CENSA ⁽¹⁾	216	1.2%	224	1.0%
Universidade Candido Mendes – UCAM	1737	10.0%	2342	10.6%
Universidade Estácio de Sá – UNESA	4877	28.1%	4763	21.6%
Universidade Estadual da Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF	1457	8.4%	2708	12.3%
Universidade Federal Fluminense – UFF	434	2.5%	468	2.1%
Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO ⁽¹⁾	2103	12.1%	2177	9.9%
Total	17327	100.0%	22064	100.0%
Taxa de crescimento médio entre 2002 e 2005	Todas as instituições		8,05%	
	Todas as instituições (exceto CEFET)		1,15%	
	CEFET		31,73%	

Fonte: Dados de 2002 - CRUZ (2004); dados de 2005 (exceto CEFET) – FIRJAN-Campos (2005); dados de 2005 (CEFET) – CEFET-Campos (2005).

Nota:(1). Dados de 2005 estimados com base na taxa de crescimento exponencial entre os dois períodos

Tabela 2 – total de estudantes na amostra e na população, por instituição. Campos dos Goytacazes, 2005

Instituição de Ensino Superior	Amostra		2005		
	Questionários	Peso	Total	%	Peso recalculado
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET ⁽²⁾	33	47.27	4043	18.3%	122.52
Faculdade de Direito de Campos - FDC (UNIFLU) ⁽¹⁾	48	47.92	2381	10.8%	49.60
Faculdade de Filosofia - FAFIC (UNIFLU)	32	47.06	1500	6.8%	46.88
Faculdade de Medicina de Campos – FMC	11	45.09	772	3.5%	70.18
Faculdade de Odontologia - FOC (UNIFLU)	14	45.79	603	2.7%	43.07
Faculdade de Tecnologia Norte Fluminense - FACULTEC	2	37.50	84	0.4%	42.00
Instituto Superior de Educação do CENSA - ISE/CENSA ⁽¹⁾	5	43.20	224	1.0%	44.80
Universidade Candido Mendes – UCAM	36	48.25	2342	10.6%	65.06
Universidade Estácio de Sá – UNESA	101	48.29	4762	21.6%	47.15
Universidade Estadual da Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF	31	47.00	2708	12.3%	87.35
Universidade Federal Fluminense – UFF	28	15.50	468	2.1%	16.71
Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO ⁽¹⁾	25	84.12	2177	9.9%	87.08
Total	366	47.55	22064	100.0%	60.28

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários (2005).

ou colegas. Para tal, foi adotado um sistema de escolha de modo a contornar esses fatores. Esse sistema exigia que o entrevistador se posicionasse em um local estratégico, próximo à entrada da instituição a ser pesquisada, devendo então contar as pessoas que passavam por ele e abordar a quinta pessoa. No caso de recusa, reincidência ou de pessoas que não fossem alunos de cursos de graduação, a contagem era reiniciada. O entrevistador não deveria escolher o entrevistado por nenhum critério diferente desse, sob pena de enviesar as respostas.

Assim, para a definição do total de questionários a serem aplicados nas instituições utilizou-se uma proporção aproximada da população de cada uma delas. A amostra de 366 questionários foi estimada com base na proporção de estudantes residen-

tes em outros municípios ou que residiam em Campos apenas para estudar (assumido como cerca de 30% dos 17.327 alunos em 2002, com base no Censo Demográfico 2000)⁹ Dessa maneira, o processo de amostragem pressupõe que todos os elementos da população têm igual chance de seleção (uma chance em, aproximadamente, 47), ou seja, todos os elementos receberiam o mesmo peso de ponderação (~47) – uma *amostra autponderada*.

Entretanto, o levantamento do total de alunos em cada instituição

foi atualizado, em 2005, por pesquisa realizada pela FIRJAN-Seção Norte e, posteriormente, por estimativas de crescimento das escolas no período entre 2002 e 2005 - **Tabela1**. Esses procedimentos encontraram valores para a distribuição dos alunos nas escolas, assim como o total de alunos em Campos, diferentes daqueles encontrados por Vianna (2004). Para contornar essa constatação, foram calculados novos pesos de ponderação diferentes entre as instituições, conforme apresentados na Tabela 2.

Resultados

Alguns pontos relevantes, referente ao levantamento de dados realizados neste trabalho serão destacados nessa seção. Inicialmente, as tabelas 3 e 4 desagregam informações sobre o total de alunos e vagas, por áreas do conhecimento, segundo as categorias administrativas das escolas – públicas ou privadas. O total de vagas por área de conhecimento se baseia no Cadastro das Instituições de Ensino Superior – CIES (INEP, 2006), e refere-se às vagas cadastradas, pelas instituições, e disponíveis por semestre. Já o total de alunos por área de conhecimento foi estimado baseado na pesquisa primária, realizada pelos autores. Registra-se que apenas cursos com autorização ministerial são contabilizados no CIES, e, dessa maneira, é possível que existam cursos com vagas cadastradas, mas sem representação na amostra da pesquisa primária, assim como é possível observar, na amostra primária, alunos em cursos não cadastrados no CIES. Cabe ainda ressaltar que os dados primários apresentados são valores médios, e que podem apresentar estimativas menores ou maiores das encontradas em outras fontes, dado o erro amostral inerente à pesquisa.

⁹ A fórmula utilizado na estimativa da amostra foi $n = \frac{\sigma^2 p^* q^* N}{(N-1)e^2 + \sigma^2 p^* q^*}$, considerando que:

- n Tamanho da amostra
- N Estimativa do tamanho da população a ser amostrada (18.000)
- p Probabilidade de indivíduo amostrado residir em Campos (0.70)
- q Probabilidade de indivíduo amostrado não residir em Campos (0.30)
- σ^2 Variância da população (1,96²)
- e Erro amostral (4,7%) e desvio padrão de 1,96 (95%)

Tabela 3 – Total de estudantes e total de vagas cadastradas, por categoria administrativa, segundo Grande área de conhecimento. Campos dos Goytacazes, 2005

Grande Área do Conhecimento	Total de Alunos				Total de Vagas			
	Privada	Pública	Total	% Pub	Privada	Pública	Total	% Pub
(1). Ciências Exatas e da Terra	1140	2659	3800	70%	708	190	898	21%
(2). Ciências Biológicas	174	752	926	81%	120	120	240	50%
(3). Engenharias	1032	349	1382	25%	908	183	1091	17%
(4). Ciências da Saúde	4577	0	4577	0%	1820	0	1820	0%
(5). Ciências Agrárias	0	1223	1223	100%	0	196	196	100%
(6). Ciências Sociais Aplicadas	5868	591	6459	9%	2595	30	2625	1%
(7). Ciências Humanas	1666	1190	2856	42%	1411	110	1521	7%
(8). Lingüística, Letras e Artes	321	0	321	0%	680	0	680	0%
(9). Outros	65	455	520	87%	170	315	485	65%
Total	14845	7219	22064	33%	8412	1144	9556	12%
Significância estatística	Df: 8		P-value <0.001		Df: 8		P-value <0.001	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários (2005). Cadastro das Instituições de Ensino Superior – INEP (2006) – Nota: Erro amostral de 4,7% com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96).

Tabela 4 – Total de estudantes e total de vagas cadastradas, por categoria administrativa, segundo área de conhecimento. Campos dos Goytacazes, 2005

Área do Conhecimento	Total de Alunos				Total de Vagas			
	Privada	Pública	Total	% Pub	Privada	Pública	Total	% Pub
(1.01). Matemática	94	735	829	89%	200	70	270	26%
(1.03). Ciência da Computação	1047	735	1782	41%	508	60	568	11%
(1.05). Física	0	455	455	100%	0	30	30	100%
(1.06). Química	0	734	734	100%	0	30	30	100%
(2.01). Biologia Geral	174	752	926	81%	120	120	240	50%
(3.00). Engenharia ⁽²⁾	0	160	160	0%	160	0	160	0%
(3.01). Engenharia Civil	0	87	87	100%	0	30	30	100%
(3.03). Engenharia de Materiais e Metalúrgica	0	175	175	0%	0	30	30	100%
(3.04). Engenharia Elétrica ⁽²⁾	0	75	75	100%	0	75	75	100%
(3.08). Engenharia de Produção	807	87	894	10%	520	28	548	5%
(3.11). Engenharia de Petróleo e Gás	225	0	225	0%	228	20	248	8%
(4.01). Medicina	772	0	772	0%	80	0	80	0%
(4.02). Odontologia	560	0	560	0%	120	0	120	0%
(4.03). Farmácia	141	0	141	0%	175	0	175	0%
(4.04). Enfermagem	921	0	921	0%	270	0	270	0%
(4.08). Fisioterapia e Terapia Ocupacional	1214	0	1214	0%	435	0	435	0%
(4.09). Educação Física	968	0	968	0%	740	0	740	0%
(5.01). Agronomia	0	786	786	100%	0	130	130	100%
(5.04). Zootecnia	0	175	175	100%	0	26	26	100%
(5.05). Medicina Veterinária	0	262	262	100%	0	40	40	100%
(6.01). Direito	4087	0	4087	0%	1367	0	1367	0%
(6.02). Administração	130	0	130	0%	648	0	648	0%
(6.03). Economia	65	0	65	0%	20	0	20	0%
(6.04). Arquitetura e Urbanismo	184	0	184	0%	240	0	240	0%
(6.07). Ciência da Informação	793	0	793	0%	170	0	170	0%
(6.09). Comunicação	609	123	732	17%	150	30	180	17%
(6.10). Serviço Social ⁽¹⁾	0	468	468	100%	0	0	0	0%
(7.01). Filosofia	47	0	47	0%	100	0	100	0%
(7.05). História	188	0	188	0%	87	0	87	0%
(7.06). Geografia	0	1103	1103	100%	120	80	200	40%
(7.07). Psicologia	707	0	707	0%	200	0	200	0%
(7.08). Educação	725	87	812	11%	904	30	934	3%
(8.02). Letras	321	0	321	0%	620	0	620	0%
(8.03). Artes ⁽²⁾	0	60	60	0%	60	0	60	0%
(9.08). Ciências Sociais	0	87	87	100%	0	30	30	100%
(9.10). Desenho de Moda ⁽¹⁾	65	0	65	0%	0	0	0	0%
(9.16). Engenharia Mecatrônica	0	368	368	100%	0	85	85	100%
(9.23). Secretariado Executivo ⁽²⁾	0	60	60	0%	60	0	60	0%
(9.24). Ciências naturais ⁽²⁾	0	200	200	100%	0	200	200	100%
(9.25). Planejamento ambiental ⁽²⁾	0	50	50	0%	50	0	50	0%
(9.26). Turismo ⁽²⁾	0	60	60	0%	60	0	60	0%
Total	14845	7219	22064	33%	8412	1144	9556	12%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários (2005).

Cadastro das Instituições de Ensino Superior – INEP (2006)

Notas: (1) Curso levantado não cadastrado como curso superior no INEP

(2) Curso não amostrado na pesquisa de campo. Erro amostral da pesquisa de campos:

4,7% com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96)

Pelos resultados apresentados, as vagas disponíveis nas escolas públicas de ensino superior correspondem a 12% do total de vagas do sistema, embora 33% dos alunos estu-

dem em universidades públicas (Tabela 3). Esses resultados são coerentes com a atual realidade do ensino superior brasileiro, onde se observa a baixa ocupação nas escolas priva-

da, em detrimento do déficit de vagas no sistema de público de ensino.

Observando os dados com maior detalhe é notório que em Campos o ensino superior ainda se concentra nas áreas de conhecimento das áreas de Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Saúde e Ciências Humanas. As Ciências Agrárias, que agrupa parte dos cursos mais associados à economia tradicional da região, somente são oferecidas na rede pública de ensino. Já os cursos de engenharia, mais diretamente associados à nova economia do petróleo, são oferecidos pela iniciativa privada, o que levaria a supor que o sistema privado de ensino tem seguido mais de perto a demanda por força de trabalho por este setor e a possível demanda imediata. A iniciativa privada ainda se destaca por oferecer a grande maioria dos cursos mais comuns, ou seja, aqueles das áreas das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas.

A tabela 4 desagrega ainda mais as informações por área de conhecimento. Dentre os cursos com maior número de alunos, destaca-se a área do Direito, com cerca de 4000 alunos, seguido pela Ciência da Computação e a Fisioterapia, sendo que a grande maioria dos alunos estuda em escolas privadas. Embora a área do direito seja aquele com maior número de vagas, elas se distribuem nas escolas em um padrão distinto da distribuição dos alunos. As áreas de Educação, Letras e Administração ainda disponibilizam um grande número de vagas.

A identificação da origem dos indivíduos que cursam escolas de nível superior em Campos é apresentada na Tabela 5, a seguir. Esses números demonstram que aproximadamente 38% dos estudantes de Campos são originários de outras cidades, considerando os imigrantes de Campos (cerca de 3900 imigrantes) e aqueles que se deslocam para a cidade regularmente (migração pendular com aproximadamente 4500 indivíduos). Esse valor é próximo ao encontrado, para o ano 2000, pelo Censo Demográfico que conta-

Tabela 5 – Total de estudantes, Local de residência e motivo sugerido para a residência. Campos dos Goytacazes, 2005

Local de residência e motivo	Absoluto	%
Estudantes imigrantes	8464	38.4%
Não reside em Campos (migração pendular)	4503	20.4%
Reside em Campos para estudar	3961	18.0%
Tem residência fixa em Campos	13600	61.6%
Total	22064	100.0%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários.

Nota: Erro amostral da pesquisa de campos: 4,7% com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96)

Tabela 6 – Total de estudantes, segundo fonte de financiamento do curso e do transporte Até as escolas de ensino superior. Campos dos Goytacazes, 2005

Financiamento do curso		
	Absoluto	%
Bolsa integral	253	3.0%
Bolsa parcial	2106	24.9%
Faculdade pública	2859	33.8%
Sem subsídio	3245	38.3%
	8464	100.0%
Financiamento do transporte		
	Absoluto	%
Sem subsídio	1100	24.4%
Subsídio parcial da prefeitura	189	4.2%
Subsídio total da prefeitura	3214	71.4%
Total	4503	100.0%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários.

Nota: Erro amostral da pesquisa de campos: 4,7% com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96)

Tabela 7 – Estudantes imigrantes, por utilização ou não de serviços locais, segundo tipo do serviço. Campos dos Goytacazes, 2005

Utiliza os serviços	Médicos		Odontologia		Academias	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Não utiliza	4625	54.6%	5796	68.5%	6940	82.0%
Utiliza	3839	45.4%	2668	31.5%	1524	18.0%
Total	8464	100.0%	8464	100.0%	8464	100.0%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados primários

Nota: Erro amostral de 4,7% com intervalo de confiança de 95% (dp = 1.96)

bilizou 28% de estudantes migrantes em Campos, dentre a migração pendular e a definitiva (ver tabela 9). A elevada participação de estudantes não-residentes em Campos é um forte indicador do poder de polarização do município em relação à região.

O financiamento do transporte de alunos, subsidiado por grande parte das prefeituras próximas à cidade de Campos, pode ser constatado pela tabela 6, que demonstra que aproximadamente 75% dos estudantes, que efetuam a migração pendu-

lar, usam transporte das prefeituras para esse traslado. O total de alunos migrantes e bolsistas (próximo 30%) é também expressivo. Essas constatações estão associadas aos recursos financeiros dos *royalties*, recebidos por grande parte das cidades próximas a Campos, e que são utilizados para financiar os custos da logística e dos cursos de ensino superior dos habitantes desses municípios.

Os alunos migrantes ainda são responsáveis pela utilização de serviços na cidade de Campos, como pode ser observado na Tabela 7, corroborando

com a hipótese de que a educação superior tem um efeito multiplicador na economia campista.

Quociente Locacional e outros indicadores

Para medir a *especialização* de uma dada economia existem vários indicadores, sendo o Quociente Locacional (QL) um dos mais tradicionais na literatura da Economia Regional. Esse indicador compara duas estruturas setoriais e espaciais sendo expresso pela fórmula 1, que representa no numerador a economia em estudo e no denominador uma economia de referência. Para se aquilatar a real posição de Campos no cenário nacional, foram selecionados 21 municípios brasileiros de porte médio, com população entre 240.000 e 550.000 habitantes, que não fossem capitais e que não fizessem parte de regiões metropolitanas. São então estes 21 municípios que constituem a *região de referência* adotada, o que permitirá comparar os QL's de municípios de porte populacional similar. Quando o QL for maior que uma unidade, o município é mais especializado que os demais; quando menor que uma unidade, indica ser menos especializado.

$$QL_i = \frac{\sum_j \frac{L_i^j}{L_i}}{\sum_j \frac{L_j}{L_j}} \quad (1)$$

Considerando que:	
L_i^j	Força de trabalho no setor j da economia (no caso o setor educacional), na região de estudo i (um dos 21 municípios).
$\frac{L_i^j}{\sum_j L_i^j}$	Proporção de trabalhadores, no setor j da economia (no caso o setor educacional), na região de estudo i (um dos 21 municípios).
$\sum_j L_j$	Foca de trabalho, no setor j da economia (no caso o setor educacional), na região de referência. Ou seja, total de trabalhadores no setor educacional
$\frac{\sum_j L_j^i}{\sum_j L_j}$	Proporção de trabalhadores, no setor j da economia (no caso o setor educacional), na região de referência.

Os resultados para os QL's apresentados na tabela 8 foram estimados com base no total de trabalhadores ocupados e no total de trabalhadores atuando como professores de ensino superior, pelo Censo Demográfico 2000. O resultado en-

Tabela 8 – População total, população ocupada, total de professores de ensino superior e Quociente locacional do setor educacional, por Municípios, 2005

Município	População		Prof. de ensino superior				QL do setor educacional
	Total	Ocupada	Residência no município		Migração Pendular		
			Abs.	%	Abs.	%	
Campina Grande (PB)	355331	5.3%	111825	795	64	7.5%	1.920
Caruaru (PE)	253634	3.8%	92049	56	0	0.0%	0.163
Feira de Santana (BA)	480950	7.2%	170616	214	20	8.5%	0.339
Vitória da Conquista (BA)	262493	3.9%	93806	199	11	5.1%	0.572
Governador Valadares (MG)	247132	3.7%	91416	172	14	7.3%	0.509
Juiz de Fora (MG)	456796	6.8%	175052	810	50	5.8%	1.251
Montes Claros (MG)	306947	4.6%	109051	274	28	9.3%	0.679
Uberlândia (MG)	501213	7.5%	212614	1046	219	17.3%	1.329
Campos dos Goytacazes (RJ)	407168	6.1%	145561	444	34	7.0%	0.823
Petrópolis (RJ)	286538	4.3%	116347	149	34	18.4%	0.345
Volta Redonda (RJ)	242064	3.6%	85079	171	20	10.3%	0.544
Bauru (SP)	316064	4.7%	127988	616	91	12.9%	1.300
Franca (SP)	287737	4.3%	132332	231	147	38.9%	0.472
Limeira (SP)	249046	3.7%	99642	185	0	0.0%	0.501
Piracicaba (SP)	329158	4.9%	133906	894	166	15.6%	1.804
Cascavel (PR)	245368	3.7%	99637	260	11	4.2%	0.704
Ponta Grossa (RS)	273616	4.1%	96437	490	39	7.3%	1.373
Caxias do Sul (RS)	360418	5.4%	164376	374	17	4.3%	0.615
Pelotas (RS)	323158	4.8%	115037	897	68	7.0%	2.107
Santa Maria (RS)	243612	3.6%	92521	1194	231	16.2%	3.486
Anápolis (GO)	288085	4.3%	110072	62	0	0.0%	0.152
Total	6716528	100%	2575364	9533	1262	11.7%	1.000

Fonte: Micro dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003).

Tabela 9 – População total, total de estudantes, total de estudantes migrantes e QPE, por Municípios, 2005

Município	População Total		Estudantes de ensino superior					Quociente 2
	Total	Residência no município	Migrantes			%		
			Pendulares	Imigrantes	%			
Campina Grande	355331	5.3%	11668	8047	2613	1008	31,0%	1.099
Caruaru	253634	3.8%	3078	2262	459	358	26,5%	0.940
Feira de Santana	480950	7.2%	7679	5391	1389	899	29,8%	1.055
Vitória da Conquista	262493	3.9%	3826	2876	432	519	24,8%	0.880
Governador Valadares	247132	3.7%	6549	4602	1304	643	29,7%	1.053
Juiz de Fora	456796	6.8%	17350	13009	3106	1235	25,0%	0.886
Montes Claros	306947	4.6%	6676	5352	616	708	19,8%	0.703
Uberlândia	501213	7.5%	22236	16205	4478	1553	27,1%	0.961
Campos dos Goytacazes	407168	6.1%	10426	7675	2158	593	26,4%	0.935
Petrópolis	286538	4.3%	7836	5840	1335	661	25,5%	0.902
Volta Redonda	242064	3.6%	8623	6179	1782	662	28,3%	1.004
Bauru	316064	4.7%	16745	10309	5211	1225	38,4%	1.362
Franca	287737	4.3%	11670	6309	4744	618	45,9%	1.627
Limeira	249046	3.7%	5156	4585	350	222	11,1%	0.392
Piracicaba	329158	4.9%	12744	7834	4091	820	38,5%	1.365
Cascavel	245368	3.7%	9821	7404	1264	1153	24,6%	0.872
Ponta Grossa	273616	4.1%	8949	6698	1554	697	25,2%	0.891
Caxias do Sul	360418	5.4%	16769	14813	1165	790	11,7%	0.413
Pelotas	323158	4.8%	13051	9609	2248	1193	26,4%	0.934
Santa Maria	243612	3.6%	15699	9979	4130	1590	36,4%	1.291
Anápolis	288085	4.3%	7216	5622	855	740	22,1%	0.783
Total	6716528	100.0%	223768	160599	45281	17888	28,2%	1,287

Fonte: Micro dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003).

contrado para Campos dos Goytacazes (0,823) indica que esse município *não é mais especializado* que outros de mesmo porte populacional. Dessa maneira, mesmo que Campos possa ser um pólo educacional na região do Norte Fluminense, não se revela diferente de outros municípios similares.

Um outro indicador foi calculado para comparar o percentual de alunos que vem estudar no município. Para essa estimativa optou-se

por comparar a proporção de estudantes, que residem em outros municípios que não os 21 selecionados, mas que a eles se dirigem para estudar (migração pendular); e aqueles estudantes de ensino superior que residiam em um dos municípios selecionados e que declaram residir em outro município cinco anos antes da data do censo. O indicador calculado, aqui denominado Quociente de Polarização Educacional (QPE – fórmula 2), é análogo ao QL, embora

não possa receber a mesma denominação por não se tratar de um indicador econômico. O resultado dessa medida encontra-se na Tabela 9.

Esse indicador apresentou diferenças entre os municípios, mas o objetivo do trabalho não é comparar os municípios, mas sim identificar a especialização. Entretanto, é importante notar que Campos, também no QPE, não se destaca frente aos demais municípios de porte populacional similar ao dele como um pólo regional diferente dos demais. Tanto o valor do QL quanto do QPE em Campos são próximos a uma unidade, o que indicaria que na educação não há uma especialização diferenciada a de outros municípios de igual porte.

Embora o texto tenha tratado do ensino superior, os dados da Tabela 10 indicam que o setor educacional, na sua totalidade, é o terceiro maior quanto à geração de emprego e quanto à massa salarial gerada no município.

Finalizando, é certo que a riqueza dos dados apresentados permite leituras diferenciadas. No entanto, observa-se que o ensino superior ainda está concentrado nas áreas de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e das Ciências Humanas. Ademais, a elevada participação de estudantes não-residentes em Campos é um forte indicador do poder de polarização do município em relação à região.

$$QL_i = \frac{P_i + E_i}{\sum_j P_i + E_i} \bigg/ \frac{\sum_i P_i + E_i}{\sum_j P_i + E_i}$$

Considerando que:

P_i	Estudantes do ensino superior que não residem, mas estudam na região de estudo i (um dos 21 municípios) – migração pendular.
E_i	Estudantes do ensino superior que residem, na data do censo, na região de estudo i (um dos 21 municípios), mas não residiam cinco anos antes – migração definitiva.

Tabela 10 População Ocupada e massa salarial, segundo setor de atividade. Campos dos Goytacazes, 2005

Setor de atividade	População Ocupada	Massa Salarial em salários mínimos			
		Total	%	Média	Desvio Padrão
Agricultura, pecuária e pesca	6.960	16.300	3,25%	2,34	24,11
Cultivo de cana-de-açúcar	4.316	11.077	2,21%	2,57	31,11
Indústrias extrativas	356	1.528	0,30%	4,29	25,38
Extração de petróleo e gás natural e serviços relacionados	1.945	17.033	3,39%	8,76	25,81
Indústria de transformação	17.343	56.116	11,18%	3,24	36,53
Construção civil	12.206	33.682	6,71%	2,76	11,13
Comércio, alojamento e alimentação	36.022	123.553	24,61%	3,43	24,22
Serviços distributivos	7.313	28.316	5,64%	3,87	13,09
Serviços em geral	13.126	82.037	16,34%	6,25	28,55
Educação	13.381	59.802	11,91%	4,47	14,24
Saúde e serviços sociais	5.939	33.375	6,65%	5,62	25,80
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5.309	17.616	3,51%	3,32	14,46
Serviços domésticos	16.914	21.593	4,30%	1,28	3,40
Todos os setores de atividade		502.028	100,00%	3,56	23,55

Fonte: Micro dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2003).

Educação e desenvolvimento: uma questão polêmica

Na atualidade o petróleo se constituiu na mola propulsora do desenvolvimento regional. Trata-se, contudo, de uma riqueza finita, de poucos efeitos multiplicadores locais, posto constituir uma atividade altamente globalizada.

Se tomarmos como referência a estrutura produtiva dos municípios que compõem a região tendo como indicador a ocupação da mão-de-obra local segundo os diferentes setores de atividade, pode-se afirmar que, com a exceção de Macaé, os demais não são produtores de petróleo, pois o emprego no setor é inexistente. Contudo, a legislação brasileira, para fins de pagamento de *royalties* e de *participações especiais* oriundos do petróleo, define como “produtor” todo município confrontante com poços em operação na plataforma marítima continental.

Royalty é um tipo de imposto cobrado em produções relativas a *recursos finitos* e tem um sentido *compensatório*, que visa cobrir não apenas os impactos negativos da atividade no presente, mas também preparar novas alternativas para o futuro, de modo a promover justiça intergeracional. Portanto, a distribuição dos *royalties* obedece a uma legislação definida para esse fim, não é um *direito divino*¹⁰.

Caso se aceite a proposição de que os municípios do Norte Fluminense não são produtores de petróleo, mas apenas *petro-rentistas*, as diretrizes para o ensino regional se al-

teriam profundamente. Seria aceitável, por exemplo, alocar elevados recursos na formação de mão-de-obra a ser empregada em um setor que é dominado por grandes empresas transnacionais que se orgulham de não ter pátria, na medida em que estão e estarão em qualquer lugar do mundo onde exista petróleo? O que justificaria destinar recursos do Estado à formação de engenheiros especializados em perfuração, prospecção ou outras especialidades do setor e “cedê-los” gratuitamente para as grandes empresas, enquanto a região registra um dos mais elevados índices de trabalho infantil, principalmente nos canaviais que ainda existem e resistem?

Se os argumentos anteriores são válidos, seria um engano estruturar o ensino local para servir ao setor petrolífero. Essa seria uma visão exclusivamente de curto-prazo, sendo mais adequado, talvez, preparar as gerações de universitários para serem capazes de conhecer a região em que vivem, em seus múltiplos aspectos: suas demais reservas naturais, seus recursos turísticos, a qualidade

de suas terras, onde, nestas sim, é possível extrair várias safras. Enfim, para o domínio de saberes diversificados, pois a universidade exerce um papel estratégico como *agente de mudanças*.

Preparar o estudante para conhecer a região em que vive não é formá-lo com uma visão regionalista curta e ideologizada, mas torná-lo apto a reconhecer que muito do que vem de fora não é “contra” a região, mesmo porque referir-se à região sem dissecá-la socialmente é escamotear seus conflitos internos. Afinal, a rica “região dos usineiros” era injusta socialmente, e suas seqüelas ainda são sentidas nos elevados índices de pobreza e analfabetismo da população acima de 40 anos. O petróleo também não é necessariamente garantia de melhores dias para a região, pois constitui um setor cujas empresas organizam o espaço de modo seletivo e voltado para fora.

Cabe por último registrar que a definição brasileira de município produtor de petróleo introduziu um elemento diferenciador entre os municípios da região Norte Fluminense, antes delimitada em função da produção açucareira. O dinheiro dos *royalties*, recebido de modo significativo apenas pelos municípios litorâneos, vem redefinindo as alianças locais dando origem a um novo recorte regional que se organiza em torno da OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás e Limitrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos¹¹. Portanto, ainda que se aceitasse como válida a busca da identificação da “vocaçãõ regional”, esta seria indeterminada e mutante.

¹⁰ Há um baixo grau de conhecimento pela população local sobre a importância da adequada aplicação desse imposto como uma questão central não apenas em suas vidas, mas também na de seus descendentes. Esse aspecto é desenvolvido por Agostinho Leal e Rodrigo Serra em Uma investigação sobre os critérios de repartição dos *royalties* petrolíferos, artigo publicado na coletânea *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

¹¹ A OMPETRO teve seu ato de criação formalizado em 26 de janeiro de 2001, com sede e foro no Município de Campos dos Goytacazes, local de sua fundação e instalação. São seus sócios os municípios Produtores de Petróleo e Gás da Bacia de Campos (definidos pelas Leis 7990/89 e 9478/97), bem como os municípios Limitrofes da Zona de Produção Principal da mesma bacia. Tem como um de seus objetivos a defesa desses e de tantos outros municípios que venham a se tornar produtores de petróleo e gás na plataforma continental fluminense, e a renda da organização é oriunda das contribuições dos municípios nela representados. Não fazem parte da OMPETRO os municípios não-litorâneos da região Norte Fluminense: Cardoso de Moreira, Conceição de Macabu e São Fidélis.

Referências

AZEVEDO, Hamilton Jorge de. **Uma análise da cadeia produtiva da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes: Consórcio Universitário de Pesquisa da Região Norte Fluminense, 2002. Mimeo. (Boletim Técnico n. 6).

CRESPO, Nelson. E Campos dos Goytacazes Perde a Corrida do Petróleo. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 18p.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Micro dados da Amostra domiciliar do Censo Demográfico 2000**. FIBGE: Rio de Janeiro, 2003.

LEAL, José Agostinho, SERRA, Rodrigo Valente. Notas Sobre os Fundamentos da Distribuição Espacial dos Royalties Petrolíferos no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, nov, 2002. Nova Friburgo. **Anais**.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIANNA, José Luiz da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000. Rio de Janeiro, 2003. Tese de Doutorado – Instituto de Pes-

quisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

SERRA, Rodrigo Valente. Desdobramentos Espaciais da Distribuição dos “Royalties” Petrolíferos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento da política nacional de petróleo e gás natural. In: 2º ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS REGIONAIS. São Paulo. **Anais**, out. 2002.

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. **Cadastro das Instituições de Ensino Superior**. INEP: Brasília. Disponível na Internet: <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>> Acesso em: 27-março-2006.



O CURSO DE ECONOMIA DA UNIFACS OFERECE UM DOS CURRÍCULOS MAIS MODERNOS DO PAÍS!

FOCO EM ECONOMIA REGIONAL

Cursando Economia na UNIFACS você estará se preparando para montar o seu negócio, dirigir empresas e exercer, ainda, outras funções tradicionais dos economistas.

Atuação integrada com o Mestrado em Análise Regional e o Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs.

Confira com a coordenação do curso:
Tels: 3273-8557 / 3273-8603
economia@unifacs.br